

# A Anistia de 1979 nos livros didáticos: considerações críticas

Brenda Soares Bernardes<sup>1</sup>

## RESUMO

O trabalho analisa o tema da anistia brasileira aprovada em 1979 a partir de seis livros didáticos, escritos entre 1999 e 2016. Temos por objetivo compreender como o assunto é abordado nos materiais didáticos ao longo do tempo, atentos para como é realizado o tratamento dos fatos e das interpretações sobre as movimentações pró-anistia, sobre a legislação [Lei de Anistia] e as implicações da mesma. Na primeira parte do texto apresentamos o tema e propomos as seguintes categorias de análise: I) A anistia enquanto projeto do governo Figueiredo; II) A anistia enquanto movimento social; III) As entidades e os grupos específicos envolvidos na luta pela Anistia; IV) O protagonismo feminino na luta pela Anistia; V) A relação da luta pela Anistia com os outros movimentos sociais; VI) O caráter restrito e recíproco da Lei de Anistia; VII) As consequência da legislação e a inconclusão do processo no pós-1979; VIII) O material iconográfico nos livros didáticos; IX) As atividades propostas nos livros didáticos que trabalham o tema; X) Informações extras sobre a Anistia. Após detalhar a natureza das categorias, partimos para a segunda parte do trabalho, a análise dos conteúdos inscritos nos livros. Feita a investigação, é interessante observar a presença do tema da anistia nos materiais didáticos, como a inclusão de cartazes, letras de música e trechos da legislação aprovada. Fica no ar, todavia, uma abordagem mais crítica por parte de certos autores, e mesmo, uma explicação mais refinada sobre os movimentos de anistia e a lei aprovada em 1979.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Lei de Anistia. Livros didáticos.

---

<sup>1</sup> Atualmente (2020), é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Na época de escrita deste trabalho cursava o 7º período de História na UFES.  
E-mail: brendabernardes@hotmail.com

\*A primeira versão deste trabalho foi elaborada como pré-requisito parcial de aprovação na disciplina *Laboratório de Teoria e Metodologia da História*, junto ao Departamento de História, da Universidade Federal do Espírito Santo, semestre 2018/1. Na época, o Prof. Dr. André Ricardo V. V. Pereira solicitou uma análise dos livros didáticos a partir do tema de nossas respectivas pesquisas. Como eu estava pesquisando a Anistia na Iniciação Científica e na Monografia fui encaminhada para compreender suas dinâmicas nos manuais didáticos. No segundo semestre de 2018 apresentei comunicação oral na XII Semana de História a partir das reflexões desenvolvidas no trabalho. Contudo, o cenário das eleições já mudava consideravelmente alguns apontamentos do meu texto original, como por exemplo, o cenário otimista sobre uma possível revisão na Lei de Anistia. A possibilidade de reler este trabalho no início de 2020, para publicação nos anais da Semana de História da UFES, demonstra o quanto os cenários do tempo presente são instáveis. A perspectiva otimista por mim adotada – baseada nos depoimentos de políticos e juristas brasileiros – não mais se procede. No início de 2019 a Comissão de Anistia foi transferida do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Além da transferência, foram impostos novos requisitos para a concessão da anistia, apresentando limites para a ação. Ademais, o atual Governo Brasileiro tem se esforçado em colocar a história da Ditadura no Brasil, e por tabela, a história da anistia, no passado. Um passado que remete ao esquecimento. Além deste apagamento, há também esforços no sentido de minimizar a história da Ditadura Militar, apontando para suas benesses.

## ABSTRACT

This article analyzes the theme of the Brazilian amnesty approved in 1979 from six textbooks, written between 1999 and 2016. We aim to understand how the subject is addressed in didactic materials over time, paying attention to how the treatment of facts is carried out and interpretations of pro-amnesty movements, legislation [Amnesty Law] and its implications. In the first part of the text, we present the theme and propose the following categories of analysis: I) Amnesty as a project of the Figueiredo government; II) Amnesty as a social movement; III) The specific organizations and groups involved in the fight for Amnesty; IV) Female protagonism in the fight for Amnesty; V) The relationship between the struggle for Amnesty and other social movements; VI) The restricted and reciprocal character of the Amnesty Law; VII) The consequences of the legislation and the inconclusion after 1979; VIII) Iconographic material in textbooks; IX) The activities proposed in the textbooks dealing with the theme; X) Extra information about Amnesty. After detailing the nature of the categories, we went on to the second part of the article, the analysis of the contents registered in the books. After the investigation, it is interesting to observe the presence of the amnesty theme in the teaching materials, such as the inclusion of posters, lyrics and excerpts from the approved legislation. However, there remains a more critical approach by certain authors, and even a more refined explanation of the amnesty movements and the law passed in 1979.

Keywords: Military dictatorship. Amnesty Law. Didactic books.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo investigar a temática da Anistia de 1979 nos livros didáticos. Pretendemos através dos livros e da referência a uma historiografia especializada, localizar as dimensões da abordagem didática, descrevendo o modo como a temática encontra-se inserida, e localizando as possíveis lacunas, incongruências e assertivas dos autores. Além disso, este trabalho procura dar visibilidade a história recente brasileira, muitas vezes ocultada do ensino de história, haja vista a inserção dos conteúdos nas páginas finais dos livros didáticos, e mesmo a falta de tempo para os professores do Ensino Básico ministrarem o amplo conteúdo de história até o final do ano letivo. Principalmente quando se trata do ensino no 3º ano do ensino médio, período em que os alunos se encontram aturdidos com o vestibular próximo, os estágios extraclasse e/ou o desemprego latente.

Selecionamos seis livros didáticos para efetuar a análise. Esta escolha não foi exatamente arbitrária ou aleatória, o critério principal foi o das diferentes temporalidades. Pretendíamos analisar como os livros didáticos inseridos em diferentes gerações, no caso de 1999 a 2016, trariam a temática da Anistia. Além disso, optamos por analisar tanto livros de Ensino Fundamental, quanto de Ensino Médio, se atentando para as possíveis e esperáveis diferenças entre esses.

Após efetuar leitura dos conteúdos nos livros didáticos e tomar conhecimento do artigo de Carla Rodeghero e Vanderlei Machado (2010) intitulado *A história recente nos livros didáticos: a ditadura militar e a questão da Anistia no Brasil*, consideramos interessante observar as mudanças nos livros didáticos dentro desses dezoito (18) anos [1999 a 2016]. Rodeghero e Machado buscaram

[...] conhecer e comparar a forma como os livros abordavam o tema: se enfatizavam o projeto governamental ou o aspecto da luta dos movimentos sociais; se mencionavam os protagonistas coletivos e individuais; se destacavam o pioneirismo e o protagonismo feminino; de que forma associavam os movimentos pela Anistia aos outros movimentos em curso no final da década de 1970; e se deixavam alguma indicação sobre a inconclusão desse processo (RODEGHERO; MACHADO, p.173)

Este trabalho foi muito útil para organizar nossas reflexões. Diferente da nossa pretensão, o artigo citado centrou-se na análise de livros para o 3º ano do Ensino Médio do ano de 2008.

Propomos desse modo algumas categorias que nos direcionassem a localizar as diferentes abordagens nos livros, inspirados na perspectiva adotada pelos autores citados acima. Para tal, organizamos as categorias em uma tabela (ver anexo) e cruzamos as informações com os seis livros didáticos, procurando ao mesmo tempo localizar e comparar os livros nas distintas temporalidades.

## **2. PROPOSTA DE CATEGORIAS PARA ANALISAR A ANISTIA**

Eis a seguir as categorias utilizadas para analisar a abordagem da anistia nos livros didáticos:

- I. A Anistia enquanto projeto do governo Figueiredo;
- II. A Anistia enquanto movimento social;
- III. As entidades e grupos específicos envolvidos na luta pela Anistia;
- IV. O protagonismo feminino na luta pela Anistia;
- V. A relação da luta de Anistia com os outros movimentos sociais;
- VI. O caráter restrito e recíproco da Lei de Anistia;
- VII. As consequências da legislação e a inconclusão do processo no pós-1979;
- VIII. O material iconográfico nos livros didáticos;
- IX. As atividades propostas nos livros que trabalham o tema;
- X. Informações extras sobre a Anistia.

Antes de adentrar a explicação de cada categoria é importante mencionar a tradição brasileira de conceder Anistias. A Lei aprovada em 1979 foi a 48ª Anistia do país. Assim como o hábito de praticar golpes de Estado, a concessão de Anistia no Brasil tornou-se rotineira,<sup>2</sup> muitas vezes confundindo-se com a Graça e o Indulto.<sup>3</sup> O conceito de Anistia em si, passou por muitas transformações e ressignificações ao longo da história. As primeiras concessões que se tem conhecimento remontam à Grécia Antiga, utilizada como “meio de cura para as profundas tribulações da nação grega” (MARTINS, 2010, p.24), significando, portanto, o esquecimento.

A partir do entendimento da tradição brasileira em conceder Anistia, podemos compreender a razão de pedidos de anistiamiento desde o início da ditadura, em 1964. No entanto, apenas no período de distensão política, iniciado pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979) em 1974, os clamores se tornaram mais efetivos. O único partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) assume então a Anistia enquanto bandeira, assim como algumas instituições da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Esta última, ligada à Igreja Católica. Em 1975 a distensão de Geisel é vista por algumas mulheres como uma brecha para a campanha e é fundado o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) (RODEGHERO, 2014, p.178). Também é importante apontar a formação dos Comitês Brasileiros pela Anistia no exterior já em 1975.<sup>4</sup> Até 1979 seriam constituídos trinta (30) comitês por toda a Europa. No mesmo contexto, o prêmio Nobel da Paz de 1977 foi concedido à Organização Não Governamental (ONG) Anistia Internacional, emblemática na defesa aos direitos humanos, neste período ligada também a luta pela Anistia no Brasil. Aliado a esses grupos, em 1978 e 1979 são fundados os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA's), organizados em vários estados do país. Além destes é importante mencionar o protagonismo das greves encabeçadas pelo movimento sindical, a greve de fome dos presos políticos e o ressurgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) enquanto instituição organizada, todos envolvidos, a

---

<sup>2</sup> Ver *Anistia Ontem e Hoje*, de Roberto Ribeiro Martins (1978). O livro faz um bom apanhado geral da tradição brasileira de Anistias, desde o primeiro perdão real aos degredados no início do período colonial (entendido como perdão dos crimes cometidos) – nesse caso MARTINS observa a concessão como um indulto (ver nota de rodapé 3) até o processo que instituiu a Anistia de 1979.

<sup>3</sup> A Graça e o Indulto são dispositivos concedidos (atualmente) pelo poder executivo, por meio de decreto presidencial e consubstancia-se como forma de extinção da punibilidade. A diferença entre a Graça e o Indulto reside no fato de que a Graça é concedida individualmente, enquanto o indulto de maneira coletiva. Assim, alguns doutrinadores denominam a Graça de Indulto individual. Estes dois institutos já pressupõem condenação, enquanto a Anistia pode ser própria ou imprópria, ou seja, pode ser concedida antes ou depois de uma condenação criminal. Texto adaptado de <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2516798/comentarios-Anistia-graca-e-indulto-aurea-maria-ferraz-de-sousa>, acesso em 20 Jun. 2018.

<sup>4</sup> As organizações no exterior foram criadas a partir de 1975, em 1979 chegaram a 30 entidades (RODEGHERO, 2014, p.179).

seu modo, na campanha pela anistia. Nesse sentido, a Lei de Anistia n. 6.683 aprovada em 28 de agosto de 1979 foi resultado de um amplo processo envolvendo as mobilizações pela anistia, no Brasil e no exterior, além de amplos setores da sociedade civil e do Estado.

A seguir, destrinchamos as categorias de análise propostas:

#### I. A Anistia enquanto projeto do governo

Há muitos autores que ressaltam o protagonismo do Estado e sobretudo do presidente João Figueiredo (1979-1985) na elaboração do projeto de Anistia, aprovada em 1979. O historiador Carlos Fico (2017), por exemplo, enfatiza o processo de transição pelo alto observando que o projeto do presidente Ernesto Geisel estava delineado desde o início de seu governo, prevendo todas as etapas, sendo as mais importantes a auto-anistia, o enfraquecimento do MDB com o fim do bipartidarismo e a escolha de novo presidente militar por via indireta (FICO, 2017, p. 65). Assim, o projeto de Figueiredo visou dar continuidade a distensão projetada por Geisel e por Golbery do Couto e Silva.<sup>5</sup>

#### II. A Anistia enquanto movimento social

Outro grupo de historiadores têm enfatizado a luta pela Anistia através do protagonismo dos movimentos sociais. Maria Celina D'Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro (1995, p.39) caracterizam a “[...] Anistia como um projeto, que se iniciou com autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou processo, cujo rumo foi determinado por muitas forças [...]”. Nesse sentido, os movimentos pela anistia são parte dos movimentos sociais em cena na segunda metade dos anos 1970, exigindo o fim do regime militar e o retorno ao Estado democrático de direito.

#### III. As entidades e grupos específicos envolvidos na luta pela Anistia

Compreendemos o processo pela Anistia nas suas muitas forças: o MFPA, os CBA's, os Comitês pela Anistia no Exterior, os Presos Políticos em Greve de Fome, a OAB, a ABI, a Sociedade Brasileira pela Progresso e Ciência (SBPC), as CEB's, a organização dos operários, a UNE, os muitos jornais da imprensa alternativa, os artistas, entre outros. O que desejamos ressaltar aqui, é a força destes movimentos sociais em pressionar por uma Lei de Anistia e em capitanear uma campanha de projeção internacional para tal feito.

---

<sup>5</sup> Golbery do Couto e Silva foi Presidente do Gabinete Civil da Presidência durante o Governo Geisel e em parte do Governo de João Figueiredo. O militar é considerado o ideólogo do regime militar, grande articulador da confecção da Doutrina de Segurança Nacional.

#### IV. O protagonismo feminino na luta pela Anistia

A organização da luta pela Anistia teve início em 1975 com a formação do Movimento Feminino pela Anistia. É importante, assim ressaltar o protagonismo das mulheres no processo, principalmente mães, irmãs e amigas de desaparecidos, exilados e presos políticos.

#### V. A relação da luta pela Anistia com os outros movimentos sociais

No processo de luta pela Anistia é destaque a presença de outros movimentos, como por exemplo: a luta operária do ABC paulista,<sup>6</sup> liderado pelo sindicalista Lula; a presença de movimentos de bairro, do movimento nacional contra a carestia, do movimento estudantil, dos movimentos em defesa do meio ambiente, sobretudo da Amazônia. Além dos movimentos de mulheres, de negros e de homossexuais.

#### VI. O caráter restrito e recíproco da Lei de Anistia

O projeto de lei confeccionado pelo Governo Figueiredo e encaminhado ao Congresso, em 27 de junho de 1979, sofreu modificações. Propostas de emendas legislativas foram escritas e discutidas entre junho e agosto de 1979. Contudo, ainda assim a lei aprovada manteve elementos de restrição e reciprocidade. O famigerado trecho: “Art. 1º É concedida Anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou **conexos** com estes” causou e ainda causa intensas controvérsias na interpretação jurídica (BRASIL, 1979, grifo nosso). Isso por que o termo “conexo” interpretado pelo Estado atuou enquanto uma auto-anistia, perdoando os atos cometidos pelos agentes do Estado, como as torturas e mortes dentro dos aparelhos institucionais. Esse fato gerou uma intensa contestação daqueles que se sentiram vítimas do aparelho do Estado, aqueles que foram sequestrados, exilados, presos e torturados em nome da Ditadura. Nesse sentido, a Lei de Anistia teria sido recíproca (perdoando os dois lados). Contudo, é importante lembrar o caráter restrito da mesma, inserido no artigo 1º: “ § 2º - Excetuam-se dos benefícios da Anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal ” (BRASIL, 1979). Como considera Heloisa Greco (2014, p.167)

---

<sup>6</sup> A sigla faz referência as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, na região metropolitana de São Paulo.

Trata-se de tentativa enviesada de consolidar a auto-anistia, a qual se mostra insustentável do ponto de vista histórico e jurídico. [...] A mesma Lei não pode, ao mesmo tempo, contemplar vítimas e algozes, agentes do Estado e seus opositores. Mesmo assim, a defesa da auto-anistia, da “Anistia de mão dupla” tem se mostrado incredivelmente eficaz e longeva [...]

## VII. As consequências da legislação e a inconclusão do processo no pós-1979

A Lei de Anistia, de caráter restrito e recíproco foi amparada por intensas discussões do pós-1979 aos dias atuais. Muitos grupos se viram pouco ou nada beneficiados com o processo, como muitos funcionários públicos cassados durante a ditadura, impedidos de retomar seus cargos com as devidas promoções (MACHADO, 2006). Segundo Heloísa Greco (2014, p.167-168) “A Lei 6.683/1979 não garante, sequer, a libertação de todos os presos políticos e a volta de todos os exilados: a maioria dos presos políticos saiu dos cárceres pela comutação de suas penas ou sob liberdade condicional. Havia presos e exilados impedidos de entrar no Brasil ainda em 1981 [...]”. Os debates em torno da confecção da Constituição Federal de 1988, a Lei de Mortos e Desaparecidos nº 9.140/1995 e a instituição da Comissão da Anistia em 2002, através da lei 10.559/2002 com alterações na Lei de 1979 são os exemplos mais conhecidos de modificações substanciais na Anistia sancionada por Figueiredo. Consideramos ainda importante ressaltar o indeferimento da Arguição de Preceito Fundamental (ADPF) 153/DF pelo Superior Tribunal Federal (STF) em 2010. Nesse processo, a OAB alegou controvérsia no dispositivo “crimes conexos”. O pedido da Ordem foi recusado pelo STF, institucionalizando assim a reciprocidade e a interpretação equivocada da Lei de Anistia (GRECO, 2014, p.170). Para Greco (2014, p.172) “O indeferimento da ADPF 153 escancara o reacionarismo histórico do judiciário brasileiro, a sua subserviência em relação ao poder e o seu papel *ex officio* de mantenedor das relações de dominação e opressão [...]”.

A descoberta em maio de 2018, de documentos da Agência Americana de Inteligência (CIA) revelando a autorização de Geisel nas execuções de opositores, traz a Anistia à pauta do dia. Em reportagem ao jornal Estadão, o professor de Direito Internacional e membro da Comissão da Verdade Pedro Dallari observa: “É possível que, com essa nova composição do Supremo, aparentemente muito mais sensível a essas questões relevantes do ponto de vista social, a lei seja reexaminada. Esse fato pode servir justamente para estimular essa resolução

desse impasse”.<sup>7</sup> Também existe no Senado “ [...] uma proposta de revisão da Lei de 1979,<sup>8</sup> elaborada pelo Senador Randolfe Rodrigues (Rede / Amapá), aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e rejeitada pela Comissão de relações Exteriores. O debate ficou paralisado em 2015 na Comissão de Constituição e Justiça, mas pode voltar à pauta”.<sup>9</sup> O Senador João Capiberibe (PSB /Amapá), Presidente da Subcomissão da Verdade no Senado afirma que “não podemos silenciar e manter esses crimes no manto da impunidade”. Nesse sentido, Randolfe Rodrigues considera que

[...] será inevitável que esse tema volte a ser suscitado no STF e com outra configuração muito diferente daquela da última vez que foi julgado (lembrando o caso do indeferimento do ADPF em 2010), acredito que a possibilidade seja enorme do STF considerar a Lei da Anistia inconstitucional. Por isso é mais adequado que o Congresso Nacional se antecipe em relação a esse tema [...]

Estabelecidas as devidas considerações, reiteramos o caráter inconcluso da Anistia e a necessidade da revisão de seu texto. Conforme apontado por Randolfe Rodrigues e Pedro Dallari, o quadro de juristas do STF alterou-se substancialmente desde 2010, o que possivelmente poderia modificar as opiniões que cercam a interpretação da Lei de Anistia.<sup>10</sup>

#### VIII. O material iconográfico nos livros didáticos

Identificação do material iconográfico selecionado pelos livros didáticos, pontuando a natureza das imagens e sua devida inserção dentro do tema da Anistia.

#### IX. As atividades propostas nos livros que apresentam a temática

Identificação das atividades propostas pelos livros didáticos aos alunos, como as atividades com textos (textos acadêmicos, letras de música, reportagens, entre outros), as atividades de pesquisa, as questões dissertativas e as questões objetivas.

#### X. Informações Extras

Destaque para informações extras que versam sobre a temática, como a indicação de *sites*, filmes, bibliografia especializada e impressões gerais do livro didático.

<sup>7</sup> <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-defende-revisao-da-Lei-de-Anistia-no-stf,70002308349>, acesso em 24 Jun.2018.

<sup>8</sup> Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2013. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113220>, acesso em 24 Jun.2018.

<sup>9</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2018/05/revisao-da-Lei-de-Anistia-volta-a-ser-discutida-apos-revelacoes-sobre-ditadura>, acesso em 24 Jun. 2018.

<sup>10</sup> Essa observação otimista foi realizada no primeiro semestre de 2018. O quadro político atual impede de realizar tal ato.



### 3. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Seguiremos apresentando uma análise específica dos seis livros didáticos, para em segundo momento tecer algumas comparações entre esses. A ordem de análise será do mais antigo (1999) ao mais recente (2016).

#### 3.1 *Nova História Crítica* (SCHMIDT, 1999)

O volume para o Ensino Fundamental (8ª série /atual 9º ano) traz elementos interessantes. Principalmente pelo fato do livro ter sido escrito em 1999, período no qual a produção versada sobre a Anistia ainda não estava difundida. Schmidt traz a aprovação da Lei pelo presidente Figueiredo, e ainda apresenta a luta popular que mobilizou a sociedade civil, destacando a ação de estudantes da UNE, além dos feitos da OAB, da ABI, da Igreja Católica, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Imprensa Alternativa, das mulheres e de artistas populares. Destaque ainda para os trechos da canção *O bêbado e o equilibrista*, composta por Aldir Blanc e João Bosco:

[...] O verdadeiro hino da Anistia era a música *O bêbado e o equilibrista* (Aldir Blanc & João Bosco), cantada por Elis Regina, que falava “*de tanta gente que partiu, num rabo de foguete*” (os exilados), da “*volta do irmão do Henfil*” (o sociólogo Betinho, também exilado), e lembrava que “*choram Marias e Clarices*” (as esposas de Manuel Fiel Filho e Vladimir Herzog, torturados e assassinados no Q.G do II Exército) [...] (SCHMIDT, 1999, p. 285)

Dos seis livros analisados, é o que enfatiza com maior precisão o protagonismo das mulheres: “Tudo começou com um comitê de mulheres que recolhia milhares de assinaturas de pessoas favoráveis à Anistia” (p.285). Quanto ao caráter restrito e recíproco da Lei, o livro pontua a inocência conferida aos agentes da repressão, além da dificuldade da reintegração de cargos dos funcionários públicos (p.284). No que toca às consequências, disserta sobre a liberdade dos presos e sobre o retorno aos exilados, mas não entra em detalhes do pós-1979. A iconografia traz uma imagem de Dom Paulo Evaristo Arns e outra de Lula. Já na proposição de atividades há questões dissertativas sobre o período da abertura, sem mencionar a palavra Anistia.

No geral, consideramos o nível de aprofundamento do livro satisfatório para o período em que foi escrito (1999). Apesar de destacar o protagonismo feminino, não menciona a criação do MFPA em 1975. Apresenta a luta pela Anistia, mas não pontua a existência dos CBA's, criados no Brasil em 1978 especificamente para luta a favor da Anistia Política. Isso pode ser

justificado pela falta de importância conferida às entidades de anistia por uma historiografia dominante até os anos 2000. A situação tem alterado com os estudos mais recentes (LEMOS, 2002; RODEGHERO, 2011; RODEGHERO & MACHADO, 2010; FAGUNDES, 2018). Um outro ponto destacado por Rodeghero & Machado (2010) e que se confirma em nossa análise concerne-se ao alvo e alcance da Anistia. Para os autores, o alvo e o alcance ficam limitados aos exilados e aos cassados. Segundo a narrativa de Schmidt: “os presos foram soltos” e “os exilados puderam voltar ao Brasil”. Essa abordagem deixa de mencionar outras forças também atuantes no processo, como o retorno de servidores ao serviço público e o retorno de alunos, antes expulsos das universidades, a seus respectivos cursos. Além do mais, o significado da anistia que transcende à reivindicação da lei, tornando-se uma luta pela democracia e pelo fim do regime militar não é inserido no livro didático.

Já as escolhas iconográficas do livro mantêm-se em duas figuras conhecidas, Dom Paulo Evaristo Arns e Lula, demonstrando talvez uma falta de cuidado. Não que esses personagens não sejam em muito importantes, isso é inquestionável para a história do período, mas talvez seria interessante inserir uma iconografia realmente representativa na luta da Anistia. O que torna aceitável essa não inclusão é mais uma vez a data de publicação em 1999. Iremos observar que a partir dos anos 2000, principalmente pela influência e popularização da internet serão criados diversos *sites* que visam divulgar e ampliar a discussão da temática. Muitos inclusive são indicados nos próximos livros didáticos analisados.

### 3.2 *Viver a História* (VICENTINO, 2005)

Vicentino (2005) por sua vez, é o exemplo de autor que praticamente ignora a temática, mesmo escrevendo o livro seis anos após Schmidt (1999). Seguem os trechos que Vicentino apresenta a Anistia: “O governo Figueiredo aprovou em 1980 a *Lei de Anistia*” (destacado no livro em itálico); “A partir de então começaram a retornar ao país várias pessoas exiladas, assim como deixaram a cadeia inúmeros presos políticos” (p.238).

Dito isto, detectamos um dos problemas mais graves dentre os autores analisados. Além da data errada, 1980 ao invés de 1979, o autor simplesmente afirma que Figueiredo aprovou a Lei de Anistia e pronto. Não há comentários, breves que fossem – haja vista a natureza do livro didático encaminhado ao último ano do Ensino Fundamental – sobre a demanda pela Anistia a partir de 1975 e o envolvimento de muitas forças políticas. O autor simplesmente ignora a atuação dos movimentos populares e sociais, considerando apenas o retorno de exilados e a saída de presos políticos das cadeias, aqui, mais uma vez (semelhante a redução criticada em

Schmidt) ele reduz o alvo e alcance da Anistia aos exilados e presos políticos, desconsiderando os outros alvos da medida (RODEGHERO & MACHADO, 2010).

No campo das imagens, há uma foto do Comício do MDB, na qual se pode ver o trecho da música de Chico Buarque “amanhã vai ser outro dia”. Uma segunda imagem é a foto de perfil do próprio general Figueiredo. No que toca às atividades propostas o autor sugere a elaboração de um quadro síntese de cada um dos períodos abordados no capítulo (1945-1964; 1964-1985). Além desta, pede para que os alunos descrevam as regras políticas dos dias atuais, e levanta a questão de o Brasil ser ou não um país democrático, sugerindo um debate na turma (p.241)

O que podemos perceber com esta análise remete a uma quase ausência da temática no livro didático. Caso o professor desconheça o assunto, o manual não auxiliará. Para além da não abordagem e das imprecisões, as questões nos parecem insuficientes para tratar todo o período da Ditadura Militar. Ao final, na seção “para saber mais” há indicações de livros mais especializados e filmes. Dentre eles destacamos a sugestão de *O que é isso companheiro*,<sup>11</sup> de Bruno Barreto (1997) – o livro traz o ano de 1998 (outro erro). O filme pode ser interessante para o uso em sala de aula, sobretudo, se o professor tiver o cuidado de pesquisar a história de Fernando Gabeira e sua estadia no exílio, quem sabe assim, estabelecendo então conexões com a história da Anistia, parte da luta de Gabeira também.<sup>12</sup>

### 3.3 História das cavernas ao terceiro milênio (BRAICK & MOTA, 2005)

O livro de Braick & Mota (2005) escrito para o 3º ano do Ensino Médio é bastante elogiado na análise de Rodeghero e Machado (2010). É o manual que temos em comum na

---

<sup>11</sup> Conta a história verídica do sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, por integrantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN), que lutavam contra a ditadura militar instalada no país em 1964. O objetivo do grupo era trocar o embaixador por 15 companheiros presos pelo regime. Embora baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira, o filme condensa figuras envolvidas em uma só, ou divide uma em duas, além atribuir ações, escolhas, autorias e protagonismos a quem não os teve. Extraído de <http://memoriasdaditadura.org.br/filmografia/o-que-e-isso-companheiro/index.html>, acesso em 25 Jun. 2018.

<sup>12</sup> Fernando Gabeira (1941) é um jornalista e político brasileiro. Durante o Regime Militar, atuou no movimento sindical dos jornalistas, denunciando a censura e a repressão. Em 1969, iniciou sua militância na organização clandestina de esquerda Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que lutava contra a Ditadura. Participou do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, no dia 4 de setembro de 1969, executado pelo MR-8 e pelo movimento guerrilheiro Ação Libertadora Nacional (ALN) com o objetivo de forçar o governo militar a libertar presos políticos. Pouco tempo depois, abandonou a chefia do Departamento de Pesquisa do Jornal do Brasil e passou a viver na clandestinidade. Preso em 1970, foi torturado e banido do país no dia 15 de junho do mesmo ano, juntamente com outros 39 presos políticos, em troca da libertação do embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben, que havia sido sequestrado. Gabeira retornou ao Brasil após a Lei de Anistia, em 1979. As informações foram retiradas de: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-paulo-nagle-gabeira>. > Acesso em: 25 Jun. 2018.

análise com os autores. As autoras pontuam o encaminhamento do projeto de Anistia restrita e parcial pelo presidente Figueiredo, mas enfatizam a ação dos movimentos sociais, citando as entidades: OAB, SBPC, CBA, ABI, CEB's e UNE. Ademais, expõem acerca do retorno das pessoas às ruas, tomadas pelos movimentos: estudantil, popular, operário e de mulheres “ [...] alargando o espaço de abertura e revelando que havia não só uma crescente opinião pública contrária ao regime em geral, como também uma diversidade de interesses e reivindicações específicas, de formas de expressão e de organização dos vários setores da sociedade” (p.166). A fundação do CBA no Rio de Janeiro em 1978 é destacada, assim como a criação do MFPA em 1975 “ [...] com a participação de mães e familiares de ‘desaparecidos’, presos políticos e exilados” (p.166).

Quanto ao caráter restrito da Lei, o livro observa a concessão aos acusados de crimes políticos, mas destaca também o ponto restrito aos condenados por atentados e sequestros políticos. Observa a concessão aos cassados, mas a sua situação de inelegibilidade, subordinando suas reintegrações à decisão das autoridades de cada setor (p.167). O tom da reciprocidade é também descrito, segundo as autoras “para os militares, a lei anistiava automaticamente os torturadores” (p. 167).

As autoras discorrem também às consequências da Lei e a inconclusão do processo. Observam o alcance aos poucos ampliado, e a organização de campanhas para descobrir o paradeiro de centenas de pessoas sequestradas, ainda hoje desaparecidas.

Na iconografia, há uma imagem do líder sindical metalúrgico Lula, em 1979, discursando aos operários. Uma segunda imagem consta de um cartaz do Movimento pela Anistia aos perseguidos políticos.

Já nas atividades propostas há três questões que podem contribuir na compreensão da Anistia. A questão 9 (p.172) com a sugestão de analisar e comparar as letras das músicas *Canção de despedida*, de Geraldo Vandré e Geraldo Azevedo e *Quero que vá tudo pro inferno*, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos pode contribuir na compreensão do exílio, sobretudo através da *canção de despedida*. Já a questão 9 (p.174) solicita aos alunos que apresentem duas críticas feitas por segmentos da sociedade brasileira ao conteúdo do projeto de Lei de Anistia – o que poderá ser respondida pela leitura e interpretação das páginas anteriores do próprio livro didático. Por fim a questão objetiva 14 (p.175), apesar de tratar dos *slogans* no início dos anos 1970, relativos à conquista do tricampeonato mundial de futebol, exige que os alunos compreendam a luta da Anistia, afinal há uma opção (embora errada) que aponta a resposta para a Anistia de presos e exilados políticos.

Destacamos também a indicação do filme *O que é isso companheiro*, também mencionado no livro de Vicentino e um box sobre o *Movimento Tortura Nunca Mais*, com o *site* de apoio [www.torturanuncamais.org.br](http://www.torturanuncamais.org.br).

O livro de Braick & Mota insere a temática da luta pela Anistia no livro didático, apontando seus atores e suas diversidades, dentro das possibilidades da abordagem do livro didático. Sentimos falta de mais atividades que versassem sobre a temática. De 27 questões propostas no capítulo (que versam sobre a ditadura militar (1964-1985), apenas 1 conversa diretamente e 2 apontam para interpretações indiretas.

### 3.4 *História Sempre Presente* (PEDRO & LIMA, 2010)

O livro de Pedro & Lima (2010) escrito para o 3º ano do Ensino Médio também marginaliza a temática, assim como Vicentino (2005). Consideramos ainda mais danoso a não abordagem destes autores por se tratar de um livro para o Ensino Médio.

Eis a única passagem sobre a Anistia no livro: “Uma das primeiras medidas do governo foi a Anistia política, ou seja, exilados e os que tiveram seus direitos cassados poderiam voltar à vida política” (p.285). Assim, os autores não discorrem a emergência dos movimentos populares e sociais, não apontam para o protagonismo das mulheres, não citam sequer as atuações da OAB, da Imprensa e da Igreja Católica. A única informação que passam é de uma Anistia proposta por Figueiredo destinada aos “exilados e aos que tiveram seus direitos cassados”. Há nesses trechos imprecisão e incompletude. Como entendemos, a proposta de Anistia se viu amadurecida, principalmente entre 1975 e 1979 e conjugou-se através de muitas forças, tanto da sociedade civil quando do próprio Estado. Por isso, é um equívoco centralizar sua ação da figura de Figueiredo. Um segundo equívoco é delimitar a amplitude da Anistia aos exilados e aos cassados, isso é reduzir uma luta que representou a restauração das liberdades, que foi em si, um dos grandes passos para o retorno da vida democrática no Brasil. A imagem de Figueiredo e Reynaldo de Melo, presidente do Superior Tribunal Militar em 1979, só demonstram a escolha do livro por não entrar em detalhes no assunto da Anistia. No quesito atividades propostas há uma completa ausência.

Como ponto positivo, há a indicação do [site cpdoc.fgv.br](http://site.cpdoc.fgv.br) – o Centro de Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que possui uma série de documentações sobre o período militar (p.290).

### 3.5 *História em debate* (MOCELLIN & DE CAMARGO, 2013)

O livro de Mocellin & De Camargo (2013) escrito para o 3º ano do Ensino Médio, diferindo de Vicentino (2005) e Pedro & Lima (2010) privilegia a temática da Anistia. Ressaltamos ainda a dimensão do conteúdo abordado, demonstrando substância e aprofundamento.

As autoras descrevem a aprovação da Lei pelo Congresso em 28 de agosto de 1979, citando o trecho da Lei “a todos quantos, no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos a esses” (p.166). Além disso, privilegiam a ação do movimento popular, apontando para os acontecimentos que giraram em torno da aprovação da Lei, “nos dias que antecederam a votação do projeto, milhares de pessoas participaram de atos públicos, passeatas ou comícios” (p.168). Nesse âmbito elas também descrevem as organizações da sociedade civil envolvidas, como a Igreja Católica, a OAB, os CBA’s, a ABI e o movimento sindical. Apresentam ainda a atuação do MDB na negociação com o governo. Quanto ao protagonismo feminino o livro aponta para os movimentos feministas da década de 1970, mas não apresenta conexões com a luta pela Anistia. No que toca à restrição e à reciprocidade da Lei, as autoras apontam seu caráter polêmico, “pois estendia a Anistia aos dois lados” e “era também restrita, uma vez que muitos brasileiros não podiam se valer dos benefícios” (p.166). Ainda trazem o excerto que apresenta as restrições da Lei aos condenados pela prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal e ainda não prevendo o retorno aos quartéis dos militares cassados. Quanto às consequências percebemos a ênfase maior ao processo de 1979 não apontando para os acontecimentos subsequentes.

A iconografia apresenta uma imagem de um ato público pela Anistia de presos políticos realizado na Cinelândia em 1979 e um Cartaz da Anistia Internacional, de 2013.

No quesito das atividades propostas, é o livro que disparado discute a temática, dentre os analisados. Na seção “organizando ideias” expõem um trecho do livro *Ernesto Geisel* (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997).<sup>13</sup> São apresentadas duas perguntas elaboradas pelos pesquisadores a Geisel, “Por que o senhor não deu a Anistia no seu governo?” e “O senhor não deixou nem indicações?”. Após a exposição do texto o livro didático direciona os alunos para algumas perguntas, nas quais destacamos: “o que significa Anistia? Se necessário, pesquise” e “por que Geisel considerava a Anistia um problema de solução progressiva? Analise a frase no contexto de seu governo” (p.164). Há ainda uma segunda seção “organizando ideias”, onde são apresentados dois textos. O primeiro, um trecho do livro *Retrato do Brasil*<sup>14</sup> e o segundo a canção *O bêbado e o equilibrista*. O trecho do primeiro texto trata especificamente da temática

<sup>13</sup> D’Araújo, M.C.; Castro, C. (1997).

<sup>14</sup> Carta, M.; Pereira, R. (1984).

da Anistia, enquanto o segundo é reconhecido como o hino da Anistia. As cinco questões propostas na atividade conversam diretamente com a temática. Reproduzo-as aqui:

1. Por que a Anistia era uma aspiração nacional? 2. De acordo com o texto 1, houve organização da sociedade civil na luta pela Anistia? Explique. 3. Os anseios populares com relação à Anistia foram atendidos? Explique. 4. Analise a letra da música e indique em que versos foram descritas as questões referentes ao período da Anistia. 5. Por que essa música se tornou um hino à Anistia? (p.168).

Há por seguinte, na seção “resgate cultural” um texto contando a história da Anistia Internacional, com a proposição de atividade de pesquisa. E por fim, das cinco questões objetivas propostas, todas trazem a temática da Anistia, quatro diretamente e uma indiretamente. Isso, foi possível, não apenas pelo zelo das autoras com a temática, mas também pelo fato de o capítulo ser direcionado ao processo de redemocratização no Brasil, o que permitiu a ênfase maior no processo de Anistia e por segundo, ao Movimento das Diretas Já nos anos 1980.

Dentre os destaques gerais, o livro apresenta um box sobre a Comissão Nacional da Verdade, sugerindo uma atividade de pesquisa sobre a instituição (p.165). E apresenta a ONG Anistia Internacional, enfatizando seu movimento histórico, desde sua fundação em 1961, na luta a favor dos direitos humanos. Detectamos, no entanto, uma imprecisão (que acreditamos ser erro de digitação). As autoras discorrem sobre o Prêmio Nobel da Paz concedido à organização em 1997, quando na verdade foi em 1977, no meio do processo de luta em prol da Anistia no Brasil. Esse prêmio inclusive, é lembrado por uma historiografia mais recente para apontar o crescimento do movimento, o aumento dos ânimos após o reconhecimento internacional da importância dos direitos humanos na segunda metade dos anos setenta. O livro ainda traz referência ao *site* Memórias Reveladas,<sup>15</sup> projeto ligado ao Arquivo Nacional que procura divulgar o acesso às informações do período militar (p.181).

### 3.6 *História Sociedade & Cidadania* (BOULOS JÚNIOR, 2016)

Por último, o livro de Boulos Júnior (2016), escrito para o 3º ano do Ensino Médio. O manual nos mostrou de princípio, como o critério de antiguidade de escrita do livro não necessariamente influencia na atualização ou desatualização de determinada historiografia. Ou seja, o fato de ser o mais novo livro analisado, em vigor nas escolas entre 2016 e 2018, nos deu

---

<sup>15</sup> [memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br](http://memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br)

uma falsa impressão de atualidade do assunto. Impressão concebida antes mesmo de adentrar suas páginas. A análise do conteúdo mostrou que isso não necessariamente sucede. Mas vamos por partes, há apontamentos para delinear.

O livro não apresenta a Anistia enquanto um projeto de Figueiredo, ele manifesta que “sob forte pressão popular, o Congresso aprovou a Lei de Anistia” (p.216), já direcionando assim os olhares para a Anistia enquanto um movimento social “estudantes, operários, artistas, religiosos, políticos e outros cidadão comuns vinham ocupando o espaço público para exigir o fim da ditadura” (p.215), contudo não apresenta as forças específicas envolvidas na campanha da Anistia. Afirma por sua vez, que a mesma vinha sendo promovida, “sobretudo por familiares de exilados desde 1975” (p.216). O autor também não se preocupa em destacar o protagonismo feminino na campanha. Um ponto positivo do texto pauta-se na relação da luta de Anistia com os outros movimentos. Nesse quesito, Boulos estabelece conexões, comunicando a luta de Anistia com a participação no dia 1º de Maio de 1979 em São Bernardo e conseqüentemente com o movimento sindical. No que toca ao caráter recíproco da Lei o autor disserta que “perdoava tanto os que tinham lutado contra o Regime Militar quanto os seus defensores (inclusive os agentes de segurança que tinham cometido tortura) ” (p.216). Também aponta para sua restrição, observando que muitos militares afastados de seus cargos não puderam reintegrar-se às Forças Armadas. A nosso ver, faltou considerar outra dimensão importante da restrição aos condenados por práticas de terrorismo, assalto e sequestro – o grupo civil que teve uma série de impedimento no pós-1979. Além disso, ao tratar das conseqüências da Anistia, Boulos apenas aponta para o retorno de centenas de brasileiros do exílio, desconsiderando os muitos outros sujeitos beneficiados que se encontravam em território nacional.

No quesito iconografia, o livro traz o fac-símile de um panfleto do CBA. Ou seja, isso faz-nos entender que o autor conhece o principal movimento envolvido na luta pela Anistia no Brasil a partir de 1978, mas não o insere no conjunto do texto, apenas na descrição da imagem.

Quanto às atividades propostas, nas questões objetivas há uma atividade que cita a campanha pela Anistia, em uma de suas opções. Na seção de leitura e escrita em história (p.224) o autor apresenta um texto nomeado “A luta das mulheres”. Contudo, não identificamos no texto e nas perguntas alguma correlação com o protagonismo feminino envolvido na luta pela Anistia – questão que o autor poderia ter explorado, mas haja vista, a ausência de apontamentos sobre o tema no decorrer do livro, é de se esperar esta lacuna nas atividades. Uma atividade traz a música *O bêbado e o equilibrista*, escrita por João Bosco e Aldir Blanc, mas ao organizar as perguntas não sugere correlação com a Anistia, ainda que a música seja referência como o Hino da Anistia no Brasil.



### 3.7 Análise Conjunta

Após apresentar os seis livros didáticos propostos, nos permitimos estabelecer algumas conexões e comparações entre os trabalhos. Vicentino (2005) e Pedro & Lima (2010) são os livros que mais silenciam a temática, enquanto Boulos (2016) a apresenta pela tangente, deixando de mencionar uma série de apontamentos importantes e esperáveis para um livro em atual circulação nas escolas brasileiras. O livro de Schmidt (1999) nos surpreendeu positivamente na abordagem do tema, principalmente pelo ano que foi escrito e por estar direcionado ao Ensino Fundamental, dando muito mais ênfase do que Pedro & Lima (2010) e tocando em pontos que Boulos (2016) não discorre. Esses últimos, livros para o Ensino Médio. Já os trabalhos de Braick & Mota (2005) e Mocellin & De Camargo (2013) são os que mais demonstram conhecimento na temática. Comparando apenas estes dois últimos, percebemos no segundo um maior quantitativo de atividades, desde análise de textos a questões objetivas.

Vicentino e Pedro & Lima limitam a Anistia enquanto um projeto do Governo Figueiredo, sem comentar a participação dos movimentos sociais. Já no constante à identificação das forças envolvidas no processo Boulos as restringe aos familiares de exilados, desconsiderando a Igreja Católica e as suas CEB's, a OAB, a ABI, os CBA's, a SBCP, o MFPA, os artistas em geral, os presos políticos e os comitês de Anistia no exterior. Enfatizamos esta ausência em Boulos enquanto crítica pela atualidade do livro e por se tratar de um livro para o último ano do Ensino Médio.

Dos seis livros, apenas três apresentam o protagonismo das mulheres na década de 1970. Boulos, Pedro & Lima e Vicentino ausentam a temática.

Quanto à conexão da Anistia com os outros movimentos dos anos 1970, é, no entanto, Boulos que discorrerá, apontando para a união entre os operários metalúrgicos de São Paulo e a campanha pela Anistia em 1979.

No tocante ao caráter recíproco e restrito da Lei, Boulos parte para uma interpretação geral de que a Anistia “perdoava tanto os que tinham lutado contra o Regime Militar quanto os seus defensores” (BOULOS, 2016, p.216), desconsiderando aqueles que não foram anistiados por acusação de crime de sangue, sequestro, assalto ou atentado – sujeitos que atravessaram os anos 1980 e 1990 em busca de possíveis soluções.

É nesse sentido que caminhamos para às consequências da Anistia e para a inconclusão do processo no pós-1979. De uma maneira geral, percebemos uma certa redução do alcance da Lei aos presos políticos e aos exilados, o que, como já levantamos diminui o significado da

Anistia. O livro mais completo, no quesito continuidade do processo no pós-1979 é o de Braick & Mota, as autoras dissertam sobre a organização de campanha para descobrir o paradeiro de entes sequestrados, e observam que ainda hoje dezenas de famílias se encontram sem notícias concretas (BRAICK & MOTA, 2005, p.167).

Quanto à natureza do material iconográfico selecionado nos livros didáticos observamos algumas escolhas malsucedidas e outras interessantes. Schmidt opta por uma foto de Lula e outra de Dom Paulo Evaristo Arns – não temos noção do quanto as imagens dos movimentos eram acessíveis em 1999, mas acreditamos que talvez fosse possível uma imagem que mostrasse os movimentos sociais, e não figuras pontuais. Braick & Mota já trazem um cartaz do movimento pela Anistia, assim como Boulos. A nossa crítica a este último autor é o fato dele optar por colocar uma imagem relativamente grande do CBA, mas não destacar sua devida importância como força social no corpo do texto, nos parece uma maneira de explicar o assunto pela tangente. Mocellin & De Camargo optam por uma imagem de ato público pela Anistia realizado na Cinelândia, o que ilustra a campanha pela anistia a partir das organizações sociais. Por sua vez, Pedro & Lima optam por uma imagem de Figueiredo e seu ministro do Superior Tribunal Militar, confirmando a escolha de ausentar a atuação dos movimentos popular. E Vicentino traz uma imagem do comício realizado pelo MDB com a faixa “amanhã vai ser outro dia”, porém não relaciona essa ação com a luta pela Anistia.

O destaque final deste artigo é a análise da música *O bêbado e o equilibrista*, apresentada em três dos seis livros didáticos analisados. Sugerimos aos professores da rede básica cuidado e zelo para com os significados imersos na música. Atualmente existem muitos *sites* confiáveis que detalham seus excertos, conectando-os diretamente ao contexto do regime militar e das mobilizações pela anistia no Brasil.

Enfatizamos por fim, a necessidade urgente dos autores didáticos se atualizarem, a Lei de Anistia passou por inúmeras revisões no pós-1979, em 2002 foi criada uma comissão da Anistia, foram realizadas caravanas pela Anistia para publicitar suas ações, e os livros didáticos sequer comentam esses assuntos. A ADPF de 2010 encaminhada pela OAB ao STF também não é mencionada por nenhum livro escrito após o período, apesar da grande repercussão que gerou. Isso nos leva a observar certo descompromisso dos autores com as ações do presente, ou mesmo negligência na elaboração dos livros. É evidente que não podemos generalizar, há propostas interessantes e atualizadas, como o manual de Mocellin & De Camargo, apesar de também omitirem o caso da ADPF de 2010.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho de análise dos livros didáticos sobre um tema tão caro a nós se revelou interessante. Possibilitou conhecer os meandros de nossa pesquisa no cenário dos manuais didáticos brasileiros, permitindo compreender como o conhecimento construído na Universidade é encaminhado ao Ensino Básico.

Não temos a ilusão de uma conexão direta entre Ensino Superior e Ensino Básico, como se organiza a proposta de transposição didática (BITTENCOURT, 2004). Compreendemos as especificidades da escola, e a amplo conteúdo imposto pelo currículo a ser ministrado, o que é quase impossível em um ano letivo. Estamos cientes que em matéria de Ensino Básico é preciso fazer escolhas, desde os conteúdos a serem ministrados aos procedimentos utilizados em sala de aula. Apesar das escolhas necessárias, somos tributários das reflexões de Dermeval Saviani (2001). Defendemos o ensino dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade como forma de emancipação do alunado.

A história da ditadura militar é parte integrante da história do Brasil, sendo um conteúdo indispensável para a Rede Básica de Ensino. Nessa seara, a história da Anistia brasileira de 1979 é um dos temas mais caros, que permite compreender o período de abertura política e de retorno ao Estado Democrático de Direito. Tempo marcado pela conciliação, mas também pela impunidade mediante os crimes cometidos em nome do Estado.

## REFERÊNCIAS

### Livros didáticos consultados

BOULOS JÚNIOR, A. *História Sociedade & Cidadania*. v.3. 2ª Ed. São Paulo: FTD, 2016.

BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. *História das cavernas ao terceiro milênio*. v.3. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

MOCELLIN, R.; DE CAMARGO, R. *História em debate*. v.3. 3ª Ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

PEDRO, A.; LIMA, L. S. *História Sempre Presente*. v.3. São Paulo: FTD, 2010.

VICENTINO, C. *Viver a História – 8ª série*. São Paulo: Editora Scipione, 2005.

SCHMIDT, M. F. *Nova História Crítica – 8ª série*. São Paulo: Nova Geração, 1999.

### Bibliografia de apoio

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. *Concede Anistia e dá outras providências*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm). Acesso em 25 Jun. 2018.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

CARTA, M.; PEREIRA, R. *Retrato do Brasil: da monarquia ao Estado militar*. São Paulo: Três; Política, 1984, v.1.

D'ARAÚJO, M.C.; CASTRO, C. (Org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Amanhã vai ser outro dia: o movimento estudantil brasileiro durante o processo de Anistia Política (1975-1979)*. Vitória: UFES, 2018. Relatório Técnico. (No prelo)

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, p.05-74. Jan./abr. 2017.

GRECO, H. 50 anos do Golpe Militar / 35 anos da Lei de Anistia: a longa marcha da “estratégia do esquecimento”. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.15, n.22, p.160-189, 1º sem. 2014.

LEMOS, R. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi*, Rio de Janeiro, p.287-313, dez. 2002.

MACHADO, F. B. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2006.

MARTINS, R.R. *Anistia ontem e hoje*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RODEGHERO, C.S. A Anistia de 1979 e seus significados ontem e hoje. In.: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; SÁ MOTTA, R. P. *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. A anistia de 1979: um balanço bibliográfico. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2011, Florianópolis. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/401/323>>. Acesso em 15 jun. 2018.

\_\_\_\_\_.; MACHADO, V. A história recente nos livros didáticos: a ditadura militar e a questão da Anistia no Brasil. *Cadernos do aplicação*, Porto Alegre, v.23, n.1, p. 165-195, jan./jun. 2010.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 34. ed. rev. Campinas, Autores Associados, 2001.

SOARES, G. A. D.; CASTRO, C.; D’ARAÚJO, M.C. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

### **Sites consultados**

<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2516798/comentarios-Anistia-graca-e-indulto-aurea-maria-ferraz-de-sousa>, acesso em 20 Jun. 2018.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm), acesso em 24 jun. 2018.

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-defende-revisao-da-Lei-de-Anistia-no-stf,70002308349>, acesso em 24 Jun.2018.

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113220>, acesso em 24 Jun.2018.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2018/05/revisao-da-Lei-de-Anistia-volta-a-ser-discutida-apos-revelacoes-sobre-ditadura>, acesso em 24 Jun. 2018.

<http://memoriasdaditadura.org.br/filmografia/o-que-e-isso-companheiro/index.html>, acesso em 25 Jun. 2018.

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-paulo-nagle-gabeira>, acesso em 25 Jun. 2018.

<https://memoriasrebeladas.arquivonacional.gov.br>, acesso em 25 Jun. 2018.

<https://cpdoc.fgv.br>, acesso em 23 Jun. 2018.

Anexo: Levantamento categorial da anistia de 1979 nos livros didáticos

	<i>História Sociedade &amp; Cidadania</i> (BOULOS JÚNIOR, 2016)	<i>História em debate</i> (MOCELLIN e DE CAMARGO, 2013)	<i>História Sempre Presente</i> (PEDRO e LIMA, 2010)	<i>História das cavernas ao terceiro milênio</i> (BRAICK e MOTA, 2005)	<i>Viver a História</i> (VICENTINO, 2005)	<i>Nova História Crítica</i> (SCHMIDT, 1999)
A Anistia enquanto projeto do governo Figueiredo.	“sob forte pressão popular, o Congresso aprovou a Lei da Anistia” (p.216)	“Já no início de sua administração, em 28 de agosto de 1979, o Congresso aprovou uma Lei cujo artigo 1º concedia Anistia “a todos quantos, no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos a esses” (p.166)  “O governo acena com propostas de reformas políticas”	*Traz uma tabela resumo. No item referente ao governo de Figueiredo figura a Anistia Política. *”Uma das primeiras medidas do governo foi a Anistia política, ou seja, exilados e os que tiveram seus direitos cassados poderiam voltar à vida política” (p.285)	“O presidente encaminhou para o congresso um projeto de Anistia restrita e parcial” (p.167)	“O governo Figueiredo aprovou em 1980 (data errada) a <i>Lei de Anistia</i> (traz em itálico)” (p.238)	“Inicialmente, o general Figueiredo declarou que não haveria Anistia. Mas diante do gigantesco movimento, não restou saída a não ser aprovar a Lei (1979).” (p.285)
A Anistia enquanto movimento social	“estudantes, operários, artistas, religiosos, políticos e outros cidadãos comuns vinham ocupando o espaço público para exigir o fim da ditadura” (p.215)	“O movimento popular (...) reaviva a palavra de ordem “Anistia ampla e irrestrita” (p.168)  “Nos dias que antecederam a votação do projeto, milhares de pessoas participaram de atos públicos, passeatas ou comícios” (p.168)	*Ausente	Traz box de texto intitulado “Oposição e movimentos sociais”  “Uma das bandeiras de luta (...) foi a da Anistia aos presos, cassados, banidos, exilados e perseguidos políticos”  (p.166)	*Ausente	“a partir de 1975, a luta popular se baseou a mobilização da sociedade civil” (traz a definição exemplificada de sociedade civil).  “Em 1977, estudantes de Porto alegre fizeram a primeira manifestação pública a favor da Anistia”

As entidades e grupos específicos envolvidos na luta	“a Campanha da Anistia vinha sendo promovida, sobretudo por familiares de exilados desde 1975” (p.216)	<p>“Dentre as organizações da sociedade civil que se opuseram à ditadura Militar, destacaram-se a Igreja Católica, a OAB, o CBA, a ABI e o movimento sindical.</p> <p>“o MDB passou a negociar com o governo temas considerados tabus, como a concessão da Anistia e a convocação de uma Constituinte” (p.163)</p> <p>“Em fevereiro de 1978, é fundado no Rio de Janeiro o CBA” (p.168)</p>	*Ausente	<p>Entidades: OAB, Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, CBA, ABI, CEB's e UNE – promoveram debates com participação expressiva da sociedade.</p> <p>Meio operariado (...) (p.166) (ainda não vinculados com a Anistia especificamente)</p> <p>“as ruas foram tomadas pelos movimentos estudantil, popular, operário, de mulheres (...) organização dos vários setores da sociedade”</p> <p>“a luta pela Anistia envolver amplos setores da sociedade e, em 1978, com o apoio da Igreja Católica, da OAB e da ABI foi fundado o CBA, no RJ.”</p> <p>“às oposições: da burguesia libera às esquerdas” (p.166)</p>	*Ausente	<p>(...) A OAB, a ABI, a Igreja Católica, a SBPC, a imprensa alternativa, artistas populares, a UNE.</p> <p>(p.285)</p> <p>Mulheres, artistas - aqui faz referência a música <i>O bêbado e o equilibrista</i>, exibindo pequenos trechos com a explicação destes.</p>
O protagonismo feminino	Ausente.	Disserta sobre os movimentos feministas da década de 1970, mas não apresenta conexões com a luta pela Anistia.	*Ausente	“Em 1975 foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, com a participação de mães e familiares de ‘desaparecidos’, presos políticos e exilados” (p.166)	*Ausente	“Tudo começou com um comitê de mulheres que recolher milhares de assinaturas de pessoas favoráveis à Anistia” (p.285)
A Relação da luta de Anistia com os outros movimentos	Comunica a luta da Anistia com a participação no 1º de Maio de 1979 em São Bernardo. (p.215)	*Ausente	*Ausente	*Ausente	*Ausente	*Ausente



O caráter restrito e recíproco da Lei	“perdoava tanto os que tinham lutado contra o Regime Militar quanto os seus defensores (inclusive os agentes de segurança que tinham cometido atos de tortura)” (p.216)	<p>“Foi uma Lei polêmica, pois estendia a Anistia aos dois lados (...)”</p> <p>“Era também restrita, uma vez que muitos brasileiros não podiam se valer dos benefícios”</p> <p>Traz o excerto que apresenta as restrições: os condenados pela prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Não prevendo também o retorno aos quartéis dos militares cassados ou reformados antes da hora. (p.166)</p> <p>“a Anistia aprovada é geral (...) mas não é irrestrita, porque não atinge condenados por terrorismo e impõe certas condições” (p.168)</p>	*Ausente	“O projeto que foi aprovado em junho de 1979 (foi em agosto) beneficiava os acusados de crimes políticos, mas não se estendida aos condenados por atentados e sequestros políticos; atingia os cassados, mas estes continuavam inelegíveis; referia-se aos servidores públicos e militares punidos pelos AI's e LSN, mas subordinava sua reintegração à decisão das autoridades de cada setor; para os militares, a Lei Anistiava automaticamente os torturadores.” (p.167)	*Ausente	“Entretanto, a Lei de Anistia também inocentava os indivíduos envolvidos na repressão. Ou seja, quem tivesse matado e torturado estava livre de qualquer acusação. Além disso, os funcionários públicos Anistiados dependiam de autorização especial do general presidente para serem reintegrados a seus antigos cargos.” (p.284)
As consequências da Anistia e a inconclusão do processo	<p>“centenas de brasileiros (...) que estavam no exílio puderam voltar ao Brasil”</p> <p>“a Anistia não foi ‘geral e irrestrita’: muitos militares afastados de seus cargos, por discordarem do golpe de 1964, não puderam reintegrar-se às forças armadas”</p>	O livro discorre sobre a aplicação da Lei em 1979, mas não entra em detalhes quantos as consequências e os acontecimentos pós-1979.	“exilados e os que tiveram seus direitos cassados poderiam voltar à vida política” (p.285)	<p>“Aos poucos, porém o alcance da Lei de Anistia foi ampliado. Assim, muitos cassados puderam concorrer às eleições de 1982” (p.167)</p> <p>“Campanhas foram organizadas para descobrir o paradeiro de centenas de pessoas sequestradas durante o regime militar. Ainda hoje existem dezenas de famílias sem notícias concretas de</p>	“A partir de então, começaram a retornar ao país várias pessoas exiladas, assim como deixaram a cadeia inúmeros presos políticos” (p.238)	“Em 1979, foi decretada a Lei da Anistia (o livro traz em negrito). O governo perdoou as pessoas que tinham sido presas, torturadas e mortas por motivos políticos. Assim, os presos foram soltos. Os exilados puderam voltar ao Brasil.” (p.284)

				parentes que foram vítimas da repressão pelos governos militares” (p.167)		
Material iconográfico	“Fac-símile de um panfleto do CBA-SP ‘tem gente de menos neste 1º de maio’ – o autor explica o panfleto.	*Imagem: Ato público pela Anistia de presos políticos realizado na Cinelândia, RJ, 26 jul. 1979. (p.166) *Cartaz da Anistia Internacional, 2013. (p.169)	*Imagem: o presidente Figueiredo e Reynaldo de Melo, presidente do Superior Tribunal militar. (p.285)	*Imagem: o líder sindical Lula falando aos operários em 1979. (p.166) *Cartaz do Movimento pela Anistia aos perseguidos políticos (p.167)	*Imagem: Comício do MDB com a faixa “amanhã vai ser outro dia” e foto de perfil do presidente Figueiredo.	*Imagem: Dom Paulo Evaristo Arns.
Atividades propostas	*Seção 1 - A Atividade 1 cita a campanha pela Anistia em uma de suas opções (questão objetiva) (p.222). *Seção 2 - O autor apresenta um texto nomeado “A luta das mulheres”. Contudo, não identifiquei no texto e nas perguntas alguma correlação com o protagonismo feminino envolvido na luta pela Anistia – questão que o autor poderia ter explorado, mas haja vista, a ausência de apontamentos sobre o tema no decorrer do livro, é de se esperar esta ausência nas atividades. *Seção 3 –A atividade apresenta a música <i>O</i>	*Na seção organizando ideias os autores expõem um trecho do livro <i>Ernesto Geisel</i> (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997) <sup>16</sup> . São apresentadas duas perguntas elaboradas pelos pesquisadores a Geisel, “Por que o senhor não deu a Anistia no seu governo?” e “O senhor não deixou nem indicações?”. Após a exposição do texto o livro didático direciona os alunos para algumas perguntas, nas quais destacamos: “o que significa Anistia? Se necessário, pesquise” e “Por que Geisel considerava a Anistia um problema de solução	*Ausente.	*Questão dissertativa apresenta as letras das músicas “canção de despedida”, de Geraldo Vandré e Geraldo Azevedo e “quero que vá tudo pro inferno”, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos. As perguntas sugerem analisar as canções, comparando qual delas aponta uma crítica à ditadura e qual representa o movimento musical da Jovem Guarda. *Questão dissertativa apresenta as opiniões de deputados acerca da Anistia, propondo em seguida que os alunos apresentem as críticas feitas por segmentos da sociedade brasileira no tocante à redação final da Anistia. *Questão objetiva demanda que os alunos compreendam a luta pela Anistia.	*Questões dissertativas de abordagem geral do tema da Ditadura. Ausente questões específicas sobre a abertura política e sobre a Anistia.	*Proposta de questões dissertativas sobre o período da abertura, sem mencionar a palavra Anistia. (p.294)

<sup>16</sup> D’ARAÚJO, M.C; CASTRO, C. (Org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

	<p><i>bêbado e o equilibrista</i>, escrita por João Bosco e Aldir Blanc, mas ao organizar as perguntas não sugere correlação com a Anistia. Lembro que esta música, eternizada na voz de Elis Regina ficou conhecida como o Hino pela Anistia. (p.225)</p>	<p>progressiva? Analise a frase no contexto de seu governo”. (p.164)  *Na seção “Organizando ideias”, são apresentados dois textos. O primeiro, um trecho do livro <i>Retrato do Brasil</i><sup>17</sup> e o segundo a canção <i>O bêbado e o equilibrista</i>. O trecho do primeiro texto trata especificamente da temática da Anistia, enquanto o segundo é reconhecido como o hino da Anistia (isso é explícito no livro didático). As cinco questões propostas na atividade conversam diretamente com a temática. Reproduzo-as aqui: 1. Por que a Anistia era uma aspiração nacional? 2. De acordo com o texto 1, houve organização da sociedade civil na luta pela Anistia? Explique. 3. Os anseios populares com relação à Anistia foram atendidos? Explique. 4. Analise a letra da música e indique em que versos foram descritas as questões</p>				
--	--	--	--	--	--	--

<sup>17</sup>CARTA, M.; PEREIRA, R. *Retrato do Brasil: da monarquia ao Estado militar*. São Paulo: Três; Política, 1984, v.1.

		referentes ao período da Anistia. 5. Por que essa música se tornou um hino à Anistia? (p.168) *Proposta de pesquisa sobre a Anistia Internacional (ver nas informações extras) *Nas 5 questões objetivas propostas todas trazem a Anistia, direta (4) ou indiretamente (1).				
Informações extras		*Apresenta um box sobre a Comissão Nacional da Verdade e ainda a sugestão de atividade de pesquisa sobre a instituição. (p.165) *Traz a Anistia em destaque junto com o pluripartidarismo (expostos em letras maiores) (p.166) * Na seção “resgate cultural” o livro traz uma página inteira a temática da Anistia Internacional. Apresentando a instituição enquanto ONG, e as lutas que a instituição participa desde sua fundação em 1961, data de sua	*Apresenta indicações de sites como do cpdoc.gfv.br (Centro de Documentações de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas). (p.290) * Organiza a bibliografia do livro por unidade, o que facilita a organização do professor, no que tange ao referencial teórico especializado.	*Trecho do livro <i>A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira</i> <sup>18</sup> . * Traz um box sobre o <i>Movimento Tortura Nunca Mais</i> , som site de apoio <a href="http://www.torturanuncamais.org.br">www.torturanuncamais.org.br</a> .	Apresenta nas indicações de cinema o filme “O que é isso, companheiro?”, de Bruno Barreto, 1998. (data errada, na verdade é 1997)	

<sup>18</sup> HABERT, N. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1996.

		<p>fundação. A única imprecisão encontrada foi a data que a ONG ganhou o Nobel da Paz, 1977 e não 1997, como traz o livro. Esta data 1977, é integrada diretamente aos movimentos de direitos humanos que cercavam as ditaduras na América Latina, sobretudo o caso brasileiro. Por fim, é proposta uma atividade de pesquisa sobre a participação da ONG na discussão a respeito dos direitos humanos. (p.169)</p> <p>*O livro ainda traz a referência do site Memórias reveladas, órgão ligado ao arquivo nacional que procura divulgar o acesso as informações do período militar. (p.181)</p>				
--	--	---	--	--	--	--